No final deste ano 65.000 jovens cearenses concluirão o ensino médio. Pelo menos 48.000 o farão no ensino médio público, 55% dos quais com idades superiores a 18 anos, sendo que 74% com conhecimento crítico em Matemática. Todos receberão um certificado de conclusão que de nada servirá para seus ingressos no mercado de trabalho. Foram três anos (ou mais, já que 55% dos egressos da rede pública estão com mais de 18 anos, ou fora da faixa normal) enfrentando um currículo dissociado da realidade. Neste ponto a educação pública pode ser comparada à privada: inutilidade dos conhecimentos adquiridos para que exerçam de imediato uma profissão.

Para os oriundos do ensino privado o caminho natural será prestar vestibular, preferencialmente nas instituições públicas. Após 4 anos ou mais terão uma profissão e, provavelmente, irão engrossar as estatísticas de desemprego, mas isto é assunto para outro artigo. Parte daquela pequena parcela que conseguiu aprender alguma coisa no ensino público tentará ingressar nas dezenas de instituições privadas existentes (são exatamente 47 entre interior e capital), já que muito provavelmente não conseguirão aprovação nos vestibulares da UFC, CEFET, nas Faculdades de Tecnologia Centec e nas três universidades públicas estaduais, UECE, UVA e URCA. Os demais irão disputar as vagas menos nobres e com menor remuneração do mercado de trabalho excludente e cada vez mais exigente.

Este é o quadro da tragédia educacional vivenciada pelo jovem cidadão cearense! E, também dos outros estados! Como transformar esta triste realidade, que a todos envergonha, menos a uma classe política sem nenhum compromisso com a educação, com honrosas exceções, dentre elas o deputado federal Ariosto Holanda.? A resposta é uma só: através do ensino médio profissionalizante.

Trata-se, inicialmente, em curto prazo, de priorizar a formação de técnico de nível médio nas 20 áreas profissionais que o MEC definiu através das Diretrizes Curriculares da Educação Profissional de Nível Técnico pela Resolução CEB nº. 4, de 4/12/1999, atualizada pela Resolução CEB nº1 de 3/2/2005. Por essas resoluções haveria articulação entre o ensino médio e o ensino técnico.

Posteriormente, em médio e longo prazos, a extinção do atual ensino médio com a sua substituição por uma verdadeira educação profissional técnica de nível médio. As reações contrárias serão muitas, principalmente das grandes corporações educacionais privadas, que terão que investir em laboratórios e instalações previstas para a oferta da maioria dos cursos. Caberia ao gestor público definir as áreas profissionais prioritárias para a formação dos profissionais demandados pela sociedade.

Far-se-ia, com a adoção dessas medidas, uma verdadeira revolução educacional! Alguns estados já estão dando seus primeiros, e tímidos, passos nesta direção. No Estado de Santa Catarina foram definidos 29 diferentes tipos de cursos a serem ministrados nas 29 regiões administrativas para a implantação do modelo inicial proposto.

Somente com a extinção desse ensino médio elitista e inútil poder-se-á ofertar educação que realmente dê ao jovem cidadão todas as condições para sua inserção no mercado de trabalho.

Ensino técnico profissionalizante

Escrito por Antonio Cruz Vasques
Qua, 09 de Agosto de 2006 21:00